



Texto de Apoio n.º 3

O Capital Social das Sociedades Comerciais

Uma das classificações tradicionais das sociedades comerciais é aquela que as divide em sociedades de pessoas e em sociedades de capitais.

A distinção entre umas e outras não resulta do objecto social das sociedades comerciais, mas da sua natureza, ou seja, do modo como se constituem e estruturam.

Assim, as sociedades de pessoas, como é o caso das sociedades em nome colectivo, serão aquelas em que existe uma grande preponderância dos sócios na organização e actividade da sociedade comercial, o que se traduz, por exemplo, na necessidade da firma da sociedade conter obrigatoriamente o nome ou a firma de pelo menos um dos sócios (cfr. artigo 177, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais – CSC), de que a transmissão entre vivos da parte social de um sócio só possa ser efectuada com o consentimento dos restantes sócios (artigo 182.º – CSC), de que os sócios sejam gerentes (artigo 191.º, n.º 1 - CSC) ou que os sócios respondam com o seu património pessoal, subsidiariamente, por todas as obrigações da sociedade comercial (cfr. artigo 175.º, n.º 1 - CSC).

No caso das sociedades de capitais, como as sociedades por quotas¹ ou as sociedades anónimas, o envolvimento pessoal dos sócios na actividade diária da sociedade é tendencialmente menos intenso e mais distante, desde logo porque na constituição das sociedades assume um maior relevo a disponibilização de fundos financeiros para a sociedade (dinheiro ou bens penhoráveis – artigo 20, al. a) - CSC), uma vez que não são permitidas contribuições em indústria (ou seja, a atribuição de um valor à prestação de trabalho pelos sócios, em resultado dos seus conhecimentos

¹ A classificação da sociedade por quotas como sociedade de capitais é objecto de discussão. Assim, por exemplo, Pires Cardoso defendia que estas eram sociedades de tipo misto, ou seja, simultaneamente, sociedades de pessoas e de capitais (Pires Cardoso, 2002, p. 179). No mesmo sentido, Coutinho de Abreu (2003, pp. 69-70). Pupo Correia defende que o maior pendor pessoal ou capitalista dependerá em concreto da configuração que é dada à sociedade no contrato social (Pupo Correia, 2005, p. 146). Normalmente, para fundamentar o elemento pessoal das sociedades por quotas, invoca-se, por exemplo, a possibilidade de todos os sócios poderem ser gerentes (artigo 252.º - CSC) ou a maioria necessária para alterar o contrato social (artigo 265.º – CSC).

ou habilidades técnicas; cfr. artigos 202.º, n.º 1 e 277.º, n.º 1) e depois porque a sua responsabilidade pelas dívidas das sociedades perante terceiros está limitada ao valor da sua entrada no capital social (cfr. artigos 197.º, n.º 3 e 271.º - CSC).

Em qualquer caso, e com excepção das sociedades em nome colectivo em que todos os sócios contribuam apenas com a sua indústria, a indicação do capital social é um dos elementos que deverá constar no contrato de constituição da sociedade (cfr. artigo 9.º, n.º 1, als. f) a h) – CSC).

Para o efeito, o capital social é o valor que resulta das entradas dos sócios para a sociedade, em dinheiro ou em bens susceptíveis de penhora, aparecendo a realização das entradas como um dos deveres fundamentais dos sócios (cfr. artigo 20.º, al. a) - CSC).

O valor e a composição das entradas individuais dos sócios é estabelecido no contrato de sociedade, designando-se as parcelas do capital social pertencentes a cada um dos sócios por «partes sociais» nas sociedades em nome colectivo (as quais não são tituladas com títulos representativos, cfr. artigo 176.º - CSC), enquanto nas sociedades por quotas assumem a designação de «quotas» (cfr. artigo 197.º - CSC) e nas sociedades anónimas são denominadas por «acções» (cfr. artigo 271.º - CSC).

O capital social desempenha várias funções importantes para a sociedade comercial, uma vez que assegura um conjunto de recursos necessários para o início e o prosseguimento do objecto social, o qual é a razão da sua existência. Em simultâneo, permite aos fornecedores e clientes ter alguma informação sobre a dimensão e a capacidade financeira da sociedade, podendo ser um dos elementos a ter em conta quando se pondera a realização de um negócio. Para além disso, funciona em certa medida como uma garantia quanto ao pagamento das dívidas da sociedade para com terceiros (em resultado, nomeadamente, de mecanismos legais como o artigo 35.º do CSC, o qual versa sobre a perda de metade do capital social e obriga a sociedade a analisar a ocorrência de uma situação deste tipo e a adoptar medidas que a permitam corrigir, uma vez que a perda do capital social, para além de um determinado limiar, coloca em risco a vida da sociedade e os interesses dos sócios, fornecedores e clientes).

O Código das Sociedades Comerciais estabelecia um valor mínimo para o capital social das sociedades de capitais. Assim, o artigo 276.º previa como montante

mínimo do capital social das sociedades anónimas os 50.000 euros, enquanto o artigo 201.º estabelecia que o capital social das sociedades por quotas não podia ser inferior a 5.000 euros.

No entanto, o Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março, o qual alterou o Código das Sociedades Comerciais, viria a modificar este quadro ao passar a permitir que os sócios das sociedades por quotas possam fixar livremente o montante do capital social no contrato de sociedade, deixando assim estas sociedades de estar obrigadas a possuir um capital social mínimo de 5.000 euros.

Esta opção foi justificada pelo legislador com a vantagem que isso representaria para o empreendedorismo e para o combate à pobreza e ao desemprego, uma vez que permitiria aos jovens «sem recursos económicos próprios» avançar para a criação de projectos empresariais, uma vez que muitos deles «têm origem numa ideia de concretização simples, que não necessita de investimento inicial, por exemplo, numa actividade desenvolvida através da Internet, a partir de casa».

Para além disso, o legislador também acredita que isso tornará «mais transparentes as contas das empresas», embora não se perceba bem a relação, uma vez que a fundamentação utilizada é que o capital social não é uma verdadeira garantia para os credores, sendo mais confiáveis para isso o volume de negócios e o respectivo património, o que, em bom rigor, era exactamente o que sucedia quando existia um valor mínimo para o capital social das sociedades por quotas.

Bibliografia

Cardoso, J. Pires (2002), Noções de Direito Comercial, 14.ª edição, Lisboa: Editora Rei dos Livros.

Correia, Luis Brito (1989), Direito Comercial, 2.º volume: Sociedades Comerciais, Lisboa: AAFDL.

Coutinho de Abreu, Jorge Manuel (2003), Curso de Direito Comercial, Vol. II – Das Sociedades, 2.ª reimpressão, Coimbra: Edições Almedina.

Pupo Correia, Miguel J. A. (2005), Direito Comercial, Direito da Empresa, Lisboa: Ediforum.